

# **REFORMULAÇÃO DAS PESQUISAS ESTATÍSTICAS DA PECUÁRIA**

## **PESQUISA TRIMESTRAL DO ABATE DE ANIMAIS**

### **AVALIAÇÃO DE CORTES NO UNIVERSO DA PESQUISA**

**2º versão**

## AVALIAÇÃO DE CORTES NO UNIVERSO DA PESQUISA TRIMESTRAL DE ABATE DE ANIMAIS – 2º versão<sup>1</sup>

A pesquisa cadastral do abate de animais, ora em reformulação, tem como universo de pesquisa todos os estabelecimentos que efetuam abate de animais sob inspeção sanitária federal, estadual ou municipal. O cadastro atualmente conta com cerca de 2.000 informantes em todo o território nacional, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1. Situação cadastral da Pesquisa Trimestral de Abate de Animais. 3º trimestre de 2010.**

Brasil, Região e UF	N.º de Informantes ativos		
	Bovinos	Suínos	Aves
<b>Brasil</b>	<b>1.430</b>	<b>888</b>	<b>406</b>
<b>Norte</b>	125	15	7
Rondônia	18	1	1
Acre	22	2	1
Amazonas	8	-	-
Roraima	4	1	-
Pará	56	10	3
Amapá	2	-	-
Tocantins	15	1	2
<b>Nordeste</b>	494	299	152
Maranhão	46	4	-
Piauí	35	20	6
Ceará	128	95	12
Rio Grande do Norte	49	22	-
Paraíba	18	10	3
Pernambuco	135	98	7
Alagoas	45	38	113
Sergipe	5	3	3
Bahia	33	9	8
<b>Sudeste</b>	207	156	104
Minas Gerais	115	108	40
Espírito Santo	13	6	10
Rio de Janeiro	14	3	12
São Paulo	65	39	42
<b>Sul</b>	455	358	117
Paraná	93	79	37
Santa Catarina	94	114	39
Rio Grande do Sul	268	165	41
<b>Centro-Oeste</b>	149	54	26
Mato Grosso do Sul	50	11	6
Mato Grosso	41	10	7
Goiás	54	24	11
Distrito Federal	4	9	2
<b>TOTAL ESTABELECIMENTOS : 2531</b>			
<b>TOTAL ESTAB. ATIVOS : 2012</b>			
<b>TOTAL ESTAB. INATIVOS : 511</b>			
<b>TOTAL ESTAB. EXTINTOS : 8</b>			

<sup>1</sup> Texto revisto após a realização de reunião com a DPE no dia 07/04/2011, com representantes da CONAC, COMEQ, CEE, COIND e COAGRO.

O total de informantes ativos (2.012) não representa a soma dos informantes de bovinos, suínos e aves porque existem estabelecimentos que efetuam o abate de mais de uma espécie.

A distribuição do n.º de informantes e o volume da produção é bastante variável, sendo que, em nível Brasil, o abate sob inspeção municipal detém o maior n.º de informantes e o menor volume de produção. A qualidade dos dados municipais é geralmente mais frágil em função das condições inadequadas das instalações dos abatedouros municipais (ausência de balanças e de pessoal qualificado, registros, etc.). Por isso, a proposta inicial foi de restringir o universo da pesquisa aos estabelecimentos sob inspeção federal e estadual. Porém, deve-se avaliar o impacto desta proposta em níveis regionais e Unidades da Federação, além de outras alternativas. Esta é a finalidade do presente texto. Os dados utilizados são os consolidados referentes a 2009.

### **Âmbito da pesquisa**

A pesquisa iniciada em 1997 definiu como universo a ser pesquisado o abate formal inspecionado das principais espécies animais de valor econômico. Este âmbito é preconizado pela FAO/ONU, devido à maior facilidade em obter cadastros através de registros administrativos. Porém, restringe o universo do abate total, que contempla o abate que não sofre inspeção sanitária, e que no Brasil é significativo. Como a comercialização de carne não-inspecionada é proibida por lei, este abate é informal e, por isso, de difícil mensuração em qualquer pesquisa estatística.

A inspeção sanitária animal pode ser exercida pelos governos federal, estadual e municipal, não podendo haver duplicidade de inspeção (Lei 1.283/50). Ou seja, o estabelecimento sob inspeção federal é dispensado das inspeções estadual e municipal; se sob inspeção estadual, é dispensado da inspeção municipal. O nível da inspeção limita a área geográfica de comercialização dos produtos.

Recentemente, foi aprovado o Decreto 7.216 de 17/06/2010, dando nova redação à Lei e permitindo a equivalência da inspeção estadual e municipal à federal, para realizar comércio interestadual. Este Decreto visa incentivar a atividade agro-industrial rural de pequeno porte, de propriedade de agricultores familiares, conforme o Artigo 143-A:

"Art. 143-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar normas específicas relativas às condições gerais das instalações, equipamentos e práticas operacionais de estabelecimento agro-industrial rural de pequeno porte, observados os princípios básicos de higiene dos alimentos, tendo como objetivo a garantia da inocuidade dos produtos de origem animal, bem como em relação ao art. 7º, incisos I, II e III, deste Regulamento.

Parágrafo único. Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados, destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal, dispendo de instalações para:

- I - abate ou industrialização de animais produtores de carnes;
- II - processamento de pescado ou seus derivados;
- III - processamento de leite ou seus derivados;
- IV - processamento de ovos ou seus derivados; ou
- V - processamento de produtos das abelhas ou seus derivados."

Até o momento, não existem informações disponíveis sobre a quantidade de prefeituras que aderiram a esta equivalência.

### ***Cenários de cortes no universo pesquisado***

A pesquisa em seu formato atual atende satisfatoriamente seus objetivos de fornecer indicadores para estimativas do PIB nas Contas Nacionais, ressaltando-se a sub-enumeração do abate total em função da atividade informal. A participação desta informalidade é parcialmente estimada usando-se a Pesquisa Trimestral do Couro, que aponta uma taxa de abate 30% maior em média na série histórica 1999-2007, tendo caído para cerca de 20% nos últimos anos. Ou seja, a pesquisa atende ao princípio da relevância das estatísticas oficiais.

Os informantes da pesquisa são empresas privadas de variados portes, prefeituras municipais e outros. Enquanto os primeiros são, em sua maioria, estabelecimentos industriais frigoríficos cuja atividade principal é o abate e industrialização de carnes, os demais têm atividades distintas, como administração pública (prefeituras, prestação de serviços no caso do abate), comércio (varejista de carnes) e ensino (estabelecimentos de ensino rural). Estes últimos são predominantes no abate sob inspeção municipal. Ou seja, pertencem a classificações de atividade CNAE distintas.

Esta diversidade de informantes resulta em dificuldades operacionais:

- a) **Integração** - O cadastro da pesquisa não pode ser integrado ao CEMPRE (Cadastro de Empresas) do IBGE, não obstante os maiores informantes serem pesquisados por outras pesquisas do IBGE, como a PIA e a PIM-PF. Além das diferentes atividades e formas jurídicas dos estabelecimentos, a integração depende da incorporação da variável "Inspeção" ao CEMPRE;
- b) **Qualidade** - A qualidade dos dados municipais é inferior à dos demais dados, seja pela precariedade das instalações, que nem sempre possuem balanças, seja pela escassez de registros administrativos organizados, ou ainda pela escassez de informantes qualificados;
- c) **Atualização do Cadastro** - A atualização cadastral pela rede de coleta dos estabelecimentos sob inspeção municipal por vezes é precária. Existem relatos de prefeituras que não informavam por escrito quais estabelecimentos fiscaliza, nem seu número no cadastro da fiscalização. Ressalta-se que esse número não era exigido para registro no questionário.
- d) **Atraso no envio de dados** - Até recentemente (2009), a alegação para os atrasos no envio dos dados completos para apuração eram geralmente devido à dificuldade de coleta das prefeituras municipais, que são coletadas por entrevista pessoal. Algumas supervisões estaduais só enviavam os dados quando toda a coleta estivesse encerrada nas UFs, atrasando o início da apuração. Com o novo sistema de informática, o envio dos dados passou a ser descentralizado nas agências e parcial, diluindo a etapa de crítica e reduzindo o problema;
- e) **Expectativa de baixa adesão a formas alternativas de coleta de dados** - A proposta da reformulação das pesquisas é diversificar a coleta, privilegiando a coleta eletrônica em detrimento da presencial. Prefeituras e estabelecimentos de pequeno porte, dadas as restrições de equipamentos de informática, rede e pessoal, tendem a continuar sendo coletados presencialmente.

A inclusão dos matadouros públicos municipais, mesmo não sendo estabelecimentos industriais, completa o universo do abate formal.

Neste texto, são avaliados os impactos:

- ⇒ da retirada da inspeção municipal total
- ⇒ da retirada somente das prefeituras

O corte por volume de abate é de difícil operacionalização e foi descartado<sup>2</sup>.

### ***Corte da inspeção municipal***

---

<sup>2</sup> Na reunião com a DPE, os números referentes a este corte foram apresentados no texto (1ª versão).

## 1. Efeito no volume do abate

## a) Bovinos

O abate municipal representou 6,89% do abate nacional de bovinos em 2009, cerca de 2% do abate nacional de suínos e 0,12% do abate total de frangos (**Tabela 2**). O abate sob inspeção federal é o que representa o maior volume da produção, seguido pelo abate bovino sob inspeção estadual, para todas as espécies investigadas.

Na maioria das UFs, a participação do abate municipal no total da UF foi inferior a 25% (Figura 1). Considerando-se as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e os estados da Bahia, Pará e Rondônia, a média de participação do abate municipal é de 4,9% no abate estadual.

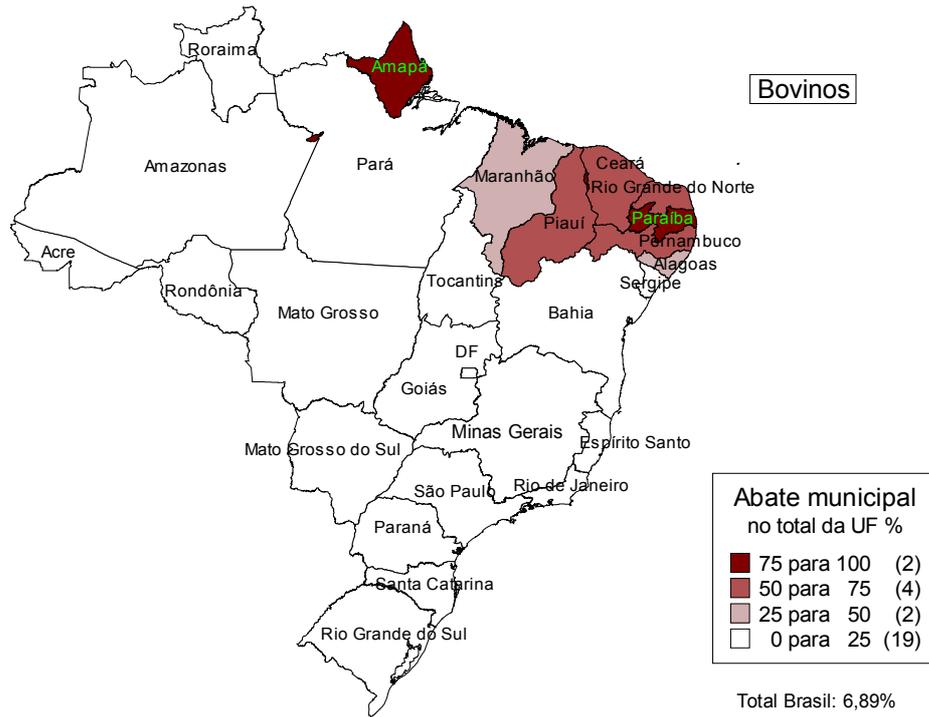
**Tabela 2. Volume de abate de bovinos, suínos e aves segundo o tipo de inspeção sanitária Brasil – 2009**

Inspeção	Bovinos		Suínos		Frangos	
	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%
<b>Total</b>	28.062.689	100,00	30.932.830	100,00	4.773.641.106	100,00
<b>Federal</b>	21.819.397	77,75	27.795.148	89,86	4.547.126.255	95,25
<b>Estadual</b>	4.310.817	15,36	2.480.212	8,02	220.778.302	4,62
<b>Municipal</b>	1.932.474	6,89	657.470	2,13	5.736.549	0,12

Na região Nordeste (exceto BA e SE) e no Amapá o abate municipal bovino é mais relevante, especialmente na Paraíba. No Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Alagoas e Pernambuco o abate municipal representa mais de 25% do abate total estadual, variando de 18,6% em AL a até 80,8% na Paraíba, e até 100% no Amapá.

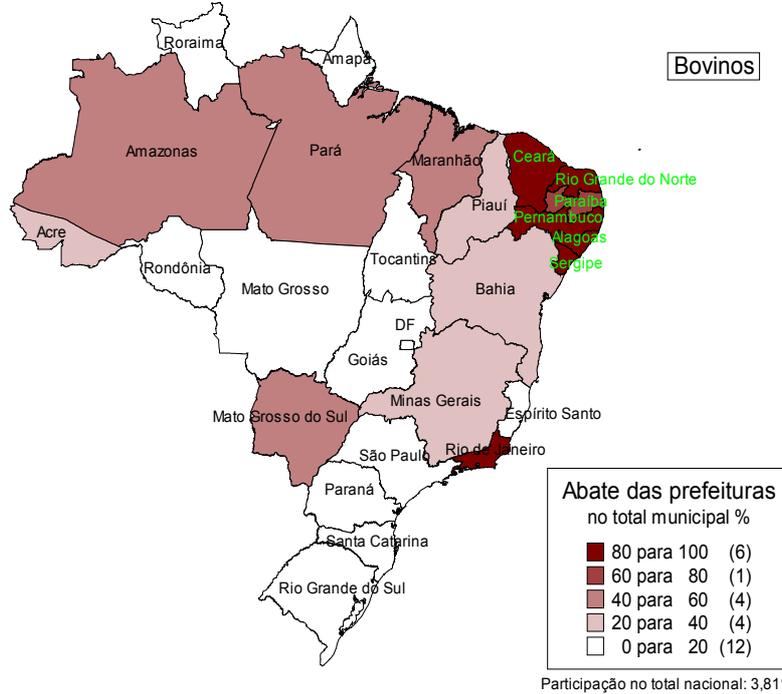
Os estabelecimentos que efetuam abate sob inspeção municipal são constituídos principalmente de dois tipos de pessoa jurídica: As prefeituras municipais e os estabelecimentos privados, em geral microempresas. O perfil do abate municipal quanto à participação dos estabelecimentos privados e das prefeituras (Figura 2) revela que o volume de bovinos abatidos é distribuído uniformemente entre os dois tipos de estabelecimentos, os privados com 3,07% do total nacional, as prefeituras com 3,81%, em nível Brasil.

**Participação do abate municipal no abate total da UF - Brasil - 2009**

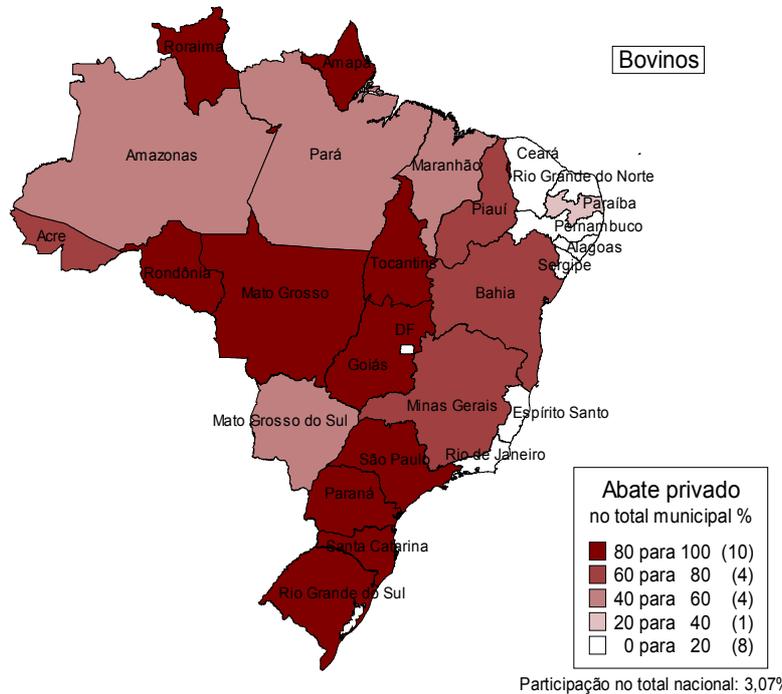


**Figura 1. Participação do abate municipal no volume total de abate bovino da UF. Brasil - 2009.**

**Participação das prefeituras no abate municipal da UF - Brasil - 2009**



**Participação dos estabelecimentos privados no abate municipal da UF - Brasil - 2009**



**Figura 2. Participação das prefeituras municipais e estabelecimentos privados no volume total de abate bovino sob inspeção municipal da UF. Brasil - 2009.**

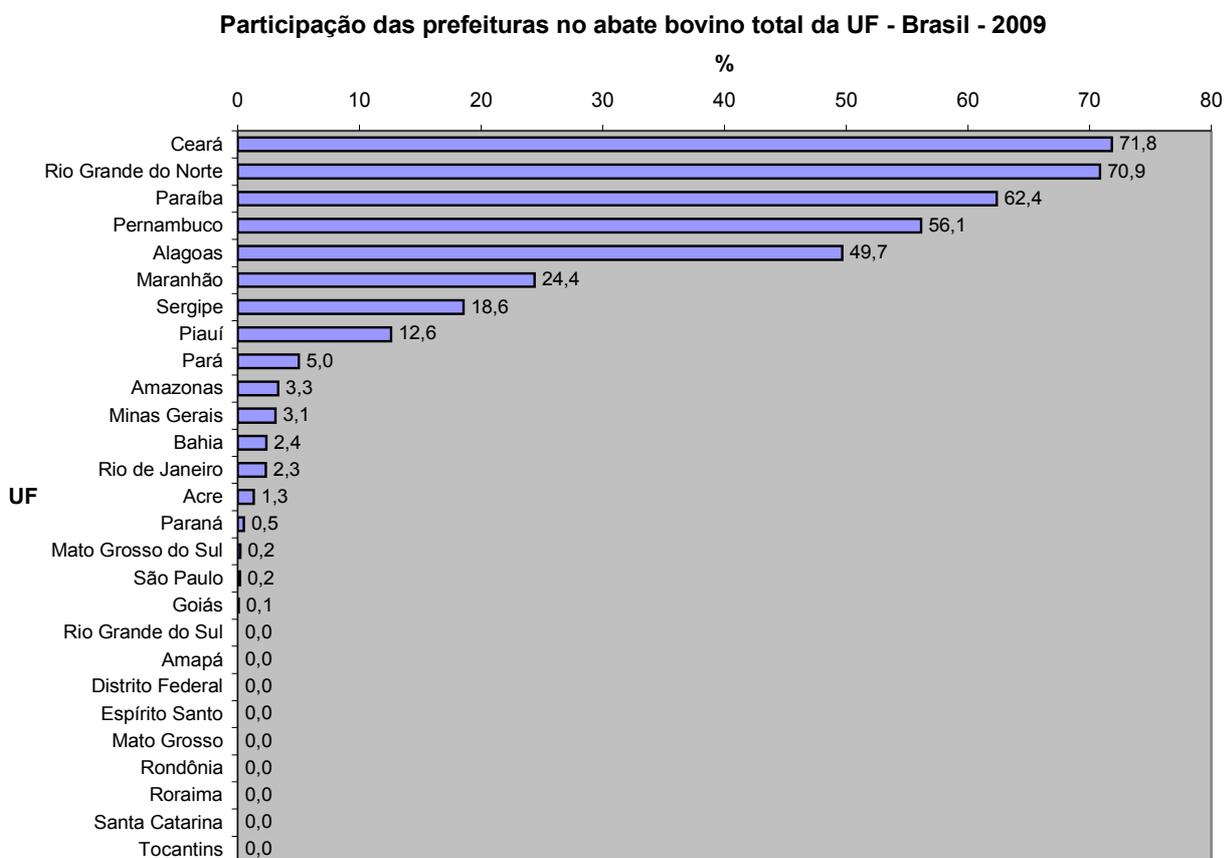
Em nível estadual, o cenário é diferente. Existe heterogeneidade na importância do abate realizado pelas prefeituras em relação ao total de abate bovino de cada Unidade da Federação.

O abate bovino realizado pelas prefeituras municipais é pouco relevante no abate municipal da região Sul, Centro-Oeste (com exceção de MS) e Norte (exceto AC, AM e PA). Em RO, RR, AP, TO, SC e MT não existem prefeituras realizando abate cadastradas na pesquisa. DF e ES não tem abate bovino sob inspeção municipal.

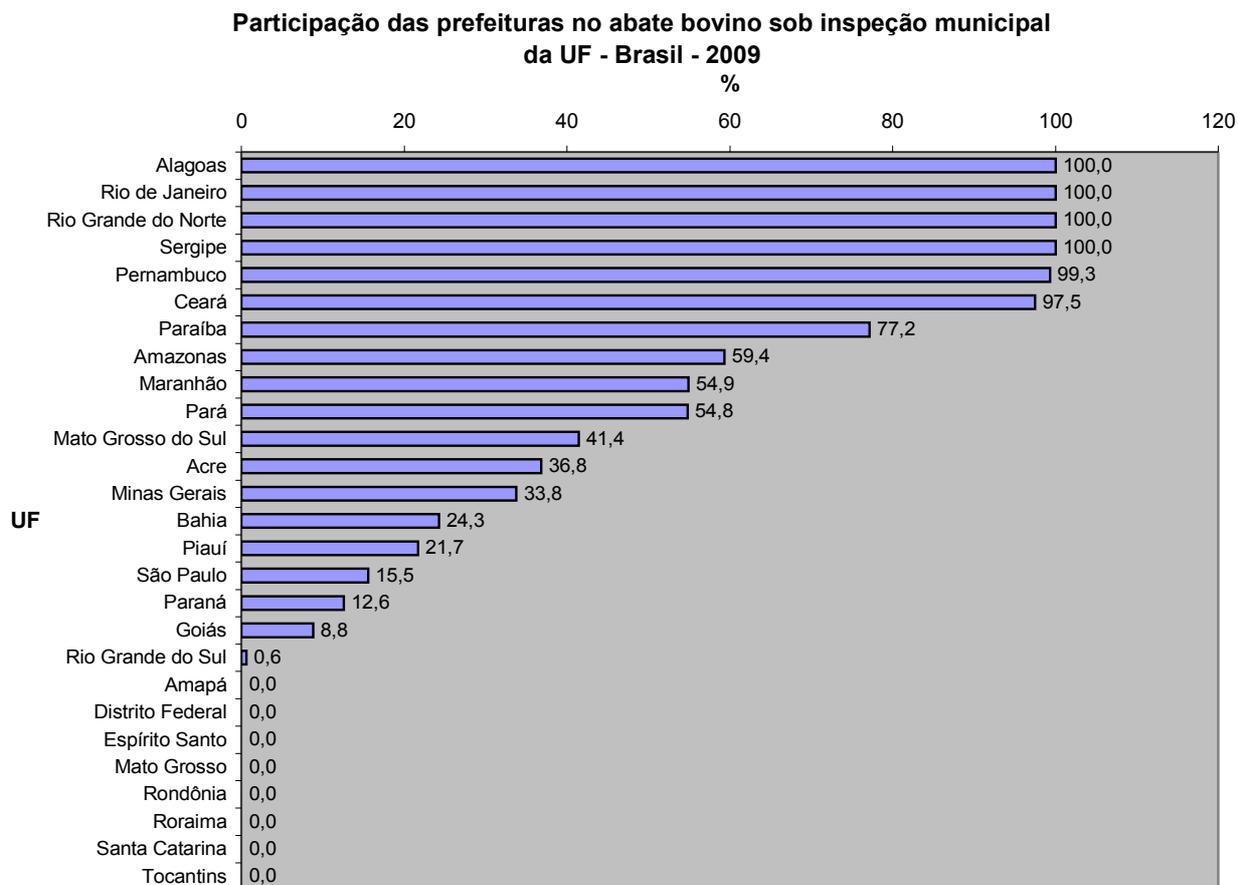
Por outro lado, em Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e no Rio de Janeiro todo o abate bovino sob inspeção municipal é realizado pelas prefeituras (Figura 4), mas têm peso inferior ao abate sob inspeção estadual e federal. No Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco as prefeituras abatem mais da metade do total dos respectivos estados (Figura 3). Além destes, Alagoas, Maranhão, Sergipe e Piauí apresentaram em 2009 uma participação das prefeituras superior a 5% do abate total do estado.

É possível que haja sub-enumeração das prefeituras que realizam abate e não foram cadastradas pelos supervisores estaduais, seja pela dificuldade de obtenção de dados confiáveis seja devido à sua baixa representatividade no total da UF. Não há uma fonte de registros administrativos conhecida que permita aferir esta atividade pelas prefeituras.

O abate realizado pelas prefeituras, por lei, é para atender ao mercado interno do próprio município: Açougues, mercados, supermercados, feiras, restaurantes, etc. Por isso, o volume de abate unitário é mais limitado o que o de estabelecimentos sob outras inspeções, e os animais abatidos provém geralmente de pequenos produtores, que não têm condições ou interesse de fornecer animais para serem abatidos em abatedouros frigoríficos privados sob inspeção estadual ou federal.



**Figura 3. Participação das prefeituras municipais no volume total de abate de bovinos da UF. Brasil -**



**Figura 4. Participação das prefeituras municipais no volume de abate bovino sob inspeção municipal da UF. Brasil - 2009.**

*b) Suínos*

O abate de suínos sob inspeção municipal tem participação de 2,13% no abate total nacional. Na maioria das Unidades da Federação (19) há registro de abate sob inspeção municipal (Tabela 3). Na região Norte, apenas Pará tem registro de abate de suínos sob inspeção municipal. ES e DF não apresentam este abate.

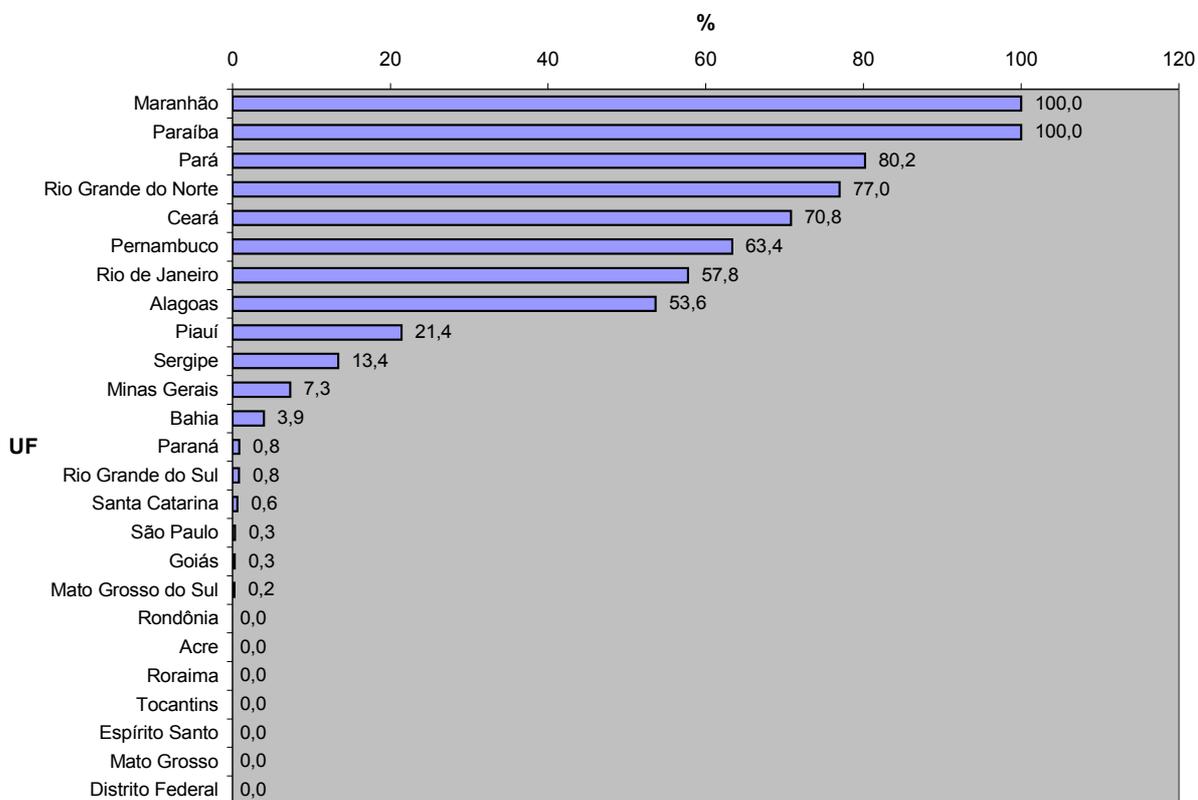
Minas Gerais apresenta o maior volume de abate de suínos sob esta inspeção, a maioria realizado por empresas privadas. Paraíba, Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro têm somente prefeituras realizando este abate.

Todo o abate de suínos no Maranhão e na Paraíba é realizado sob inspeção municipal (Figura 5), sendo que somente prefeituras realizam abatimentos na Paraíba, e são maioria no Maranhão (Tabela 3). Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco e Alagoas são outras UFs cujos abatimentos de suínos são predominantemente sob inspeção municipal.

No total nacional do abate de suínos sob inspeção municipal, há um equilíbrio na participação das prefeituras (45%) e empresas privadas (55%). O volume abatido variou de 1 cabeça/ano a 7.205 cabeças/ano por estabelecimento em 2009.

No abate de suíno sob inspeção municipal, além das prefeituras, abatedouros, matadouros, açougues e frigoríficos, existem cadastrados estabelecimentos de ensino técnico, supermercados, mercados, açougues, cooperativa educacional e restaurantes.

**Participação do abate de suínos sob inspeção municipal no abate total de suínos da UF - Brasil - 2009**



**Figura 5. Participação da inspeção municipal no volume total de abate de suínos da UF. Brasil - 2009.**

**Tabela 3. Abate de suínos sob inspeção municipal. Brasil - 2009.**

Abate de suínos inspeção municipal 2009					
UF	TOTAL	CABEÇAS		% TOTAL UF	
		Prefeitura	Privado	Prefeitura	Privado
PB	6.290	6.290	-	100,0%	0,0%
AL	28.514	28.514	-	100,0%	0,0%
SE	1.128	1.128	-	100,0%	0,0%
RJ	3.311	3.311	-	100,0%	0,0%
CE	92.330	91.456	874	99,1%	0,9%
PE	60.841	59.747	1.094	98,2%	1,8%
RN	8.687	7.632	1.055	87,9%	12,1%
PA	7.866	5.634	2.232	71,6%	28,4%
MS	1.619	1.142	477	70,5%	29,5%
MA	14.656	9.776	4.880	66,7%	33,3%
MT	1.771	1.167	604	65,9%	34,1%
BA	3.224	1.371	1.853	42,5%	57,5%
MG	258.833	65.665	193.168	25,4%	74,6%
PR	42.709	9.833	32.876	23,0%	77,0%
PI	9.577	2.113	7.464	22,1%	77,9%
GO	3.203	635	2.568	19,8%	80,2%
SP	4.466	5	4.461	0,1%	99,9%
SC	52.381	-	52.381	0,0%	100,0%
RS	56.534	-	56.534	0,0%	100,0%
<b>BRASIL</b>	<b>657.940</b>	<b>295.419</b>	<b>362.521</b>	<b>44,9%</b>	<b>55,1%</b>

c) Frangos

O abate de frangos sob inspeção municipal tem pouca participação no total nacional. Apenas onze Unidades da Federação apresentam abate de frangos sob esta inspeção, e apenas Pernambuco e Ceará têm prefeituras cadastradas realizando este abate. No caso de Pernambuco, todo o abate municipal é realizado por uma prefeitura (Tabela 4). Como o abate desta espécie é de fácil realização, geralmente ocorre em pequenos estabelecimentos como açougues, feiras ou nas fazendas.

Tabela 4. Abate de frangos sob inspeção municipal. Brasil – 2009.

Abate de frangos inspeção municipal - 2009					
		CABEÇAS		% TOTAL UF	
UF	TOTAL	Prefeitura	Privado	Prefeitura	Privado
PE	29.375	29.375	-	100,0%	0,0%
CE	772.877	205.797	567.080	26,6%	73,4%
TO	40.092	-	40.092	0,0%	100,0%
PI	921.609	-	921.609	0,0%	100,0%
PB	96.717	-	96.717	0,0%	100,0%
AL	393.573	-	393.573	0,0%	100,0%
MG	510.796	-	510.796	0,0%	100,0%
ES	178.645	-	178.645	0,0%	100,0%
SP	742.180	-	742.180	0,0%	100,0%
SC	1.596.096	-	1.596.096	0,0%	100,0%
RS	454.589	-	454.589	0,0%	100,0%
<b>BRASIL</b>	<b>5.736.549</b>	<b>235.172</b>	<b>5.501.377</b>	<b>4,1%</b>	<b>95,9%</b>

Participação do abate de frangos sob inspeção municipal no abate total de frangos da UF - Brasil - 2009

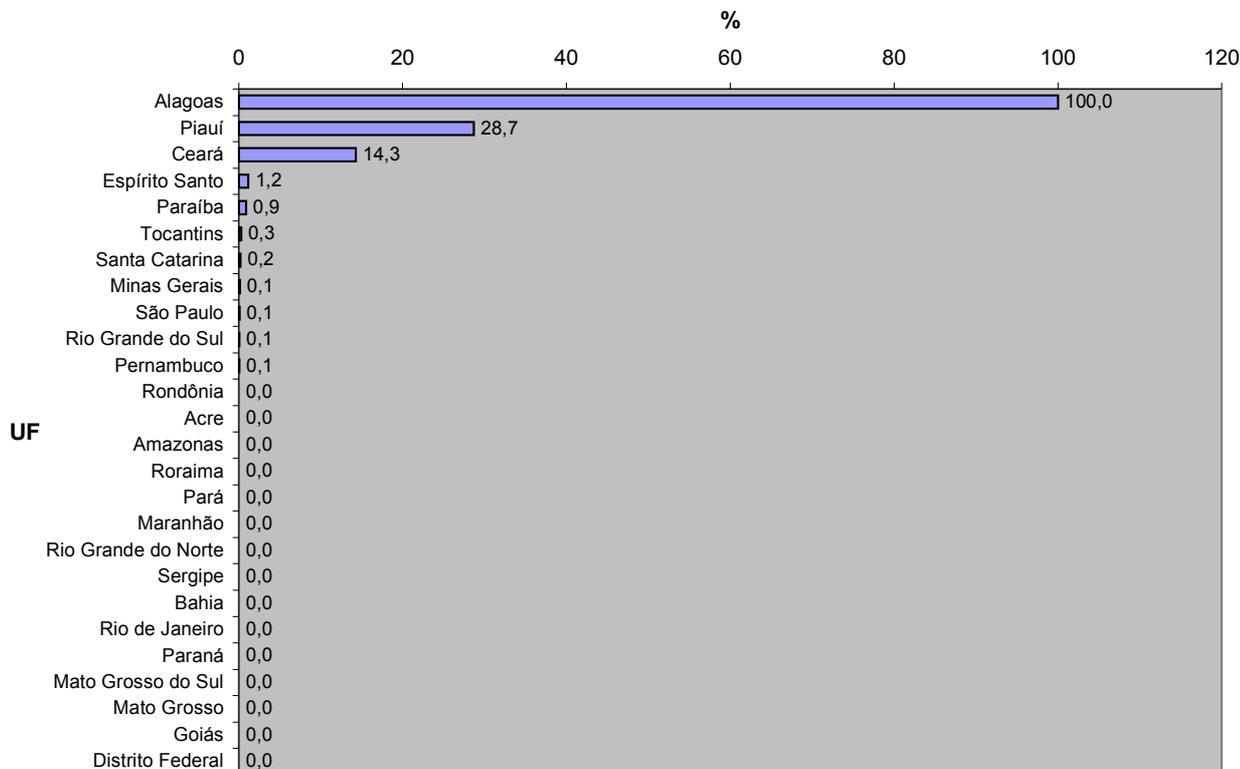


Figura 6. Participação da inspeção municipal no volume total de abate de frangos da UF. Brasil - 2009.

Do total do abate de frangos sob inspeção municipal, as prefeituras são responsáveis por cerca de 4%, e as empresas privadas pelos 96% restantes. O volume abatido pelas prefeituras cearenses correspondeu a 88% do abate das prefeituras em 2009.

Alagoas têm 28% do seu abate total de frangos realizado sob esta inspeção, Ceará 13%, Espírito Santo 2%, Paraíba 1% e as demais UFs, menos de 0,3%.

## 2. Efeito no cadastro

O cadastro do abate de bovinos no 4º trimestre de 2009 era composto de 1.449 estabelecimentos (Tabela 5), sendo 723 sob inspeção municipal (49,9%). A retirada dos estabelecimentos sob esta inspeção representa assim a redução de metade do cadastro e de 6,89% do total abatido. Considerando-se a retirada do abate efetuado pelas prefeituras, seriam deixados de coletar 430 estabelecimentos, que representam 29,7% do total pesquisado e 59,5% dos estabelecimentos de abate sob inspeção municipal.

Proporcionalmente, o cadastro de abate de suínos é o que apresenta a maior participação da inspeção municipal, representando mais da metade dos estabelecimentos cadastrados em 2009 (Tabela 5). A distribuição entre prefeituras e estabelecimentos privados neste tipo de inspeção é praticamente idêntica ao de abate de bovinos. A composição, porém, é bem distinta: O abate de bovinos é composto principalmente de abatedouros e empresas de carnes, e o de suínos possui restaurantes, açougues, mercado varejista e estabelecimentos de ensino. O abate de frangos sob inspeção municipal é feito por abatedouros e granjas<sup>3</sup>, e são apenas 65 unidades cadastradas sob inspeção municipal sendo apenas seis prefeituras.

**Tabela 5. Número de informantes de abate por espécie segundo o tipo de inspeção, e participação no abate total. Brasil - 4º trimestre de 2009.**

Informantes do Abate de bovinos, suínos e aves por inspeção						
Brasil	Bovinos		Suínos		Aves	
	Número	% Brasil	Número	% Brasil	Número	% Brasil
Total	1449	100,0%	898	100,0%	323	100,0%
Federal	216	14,9%	108	12,0%	158	48,9%
Estadual	510	35,2%	323	36,0%	100	31,0%
Municipal	723	49,9%	467	52,0%	65	20,1%
Privado municipal	293	20,2%	205	22,8%	59	18,3%
Prefeituras*	430	29,7%	262	29,2%	6	1,9%

\* inclui estabelecimentos de ensino rural

### Comentários sobre o abate municipal

#### Cenários

##### 1. Retirada do abate municipal

A retirada de todos os estabelecimentos sob inspeção municipal da pesquisa do abate, considerando apenas os bovinos, resultaria na retirada do estado do Amapá da pesquisa por falta de informantes. Na Paraíba, o impacto seria muito forte, e os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, e Pernambuco teriam o volume abatido reduzido

<sup>3</sup> Existem ainda estabelecimentos que aparentemente são pessoas físicas, mas provavelmente são incorreções do registro completo da razão social.

consideravelmente, seguido por Maranhão e Alagoas. Nas demais 19 UFs, o impacto médio seria de 4,6% de redução do abate total.

Com relação ao cadastro, seriam pesquisados somente a metade dos estabelecimentos atuais, com a retirada de 723 informantes.

No caso dos suínos, Maranhão e Paraíba deixariam de constar do abate desta espécie. Minas Gerais perderia mais de 7% do seu volume abatido. Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Piauí e Sergipe perderiam mais de 15% do volume total abatido.

O abate de frangos deixaria de ser informado por Alagoas (Figura 6). Piauí e Ceará teriam reduções superiores a 10% em seu volume abatido.

## *2. Retirada das prefeituras*

A retirada das prefeituras municipais do âmbito da pesquisa traria homogeneidade ao universo investigado, visto que somente as empresas privadas passariam a ser investigadas.

Considerando-se que, ao contrário das prefeituras municipais, a finalidade principal da atividade econômica destes estabelecimentos é o abate de animais, todos os estabelecimentos do cadastro seriam homogeneamente classificados pela CNAE, o que não ocorre atualmente. Este fato pode auxiliar a utilização de outros cadastros na manutenção cadastral. Ressalta-se que alguns estabelecimentos privados sob inspeção municipal são estabelecimentos comerciais varejistas que realizam abates, e existem casos de instituições de ensino rural cadastradas por realizarem abates, possivelmente não-comerciais.

Este cenário representaria uma redução de 3,81% do abate total de bovinos do Brasil em 2009, e seria uma opção menos drástica do que a retirada de todos os estabelecimentos sob inspeção municipal. Além disso, afetaria um número menor de UFs e menos os principais estados produtores de bovinos.

Entretanto, os mesmos estados da região Nordeste do item anterior seriam também fortemente impactados, com exceção do Piauí. Ressalta-se que em nenhuma UF os dados das prefeituras representam 100% dos dados de abate total de bovinos.

O abate de suínos pelas prefeituras representou 45% do abate municipal em 2009, similar ao que ocorreu com o abate bovino. Paraíba, Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro deixariam de informar abate de suínos sob inspeção municipal.

Já o abate de frangos pelas prefeituras é pouco representativo, em torno de 4% do total municipal, com pouco peso no cadastro.

## **Conclusões**

A proposta de retirada dos estabelecimentos sob inspeção municipal do universo da pesquisa do abate, considerando-se apenas o abate de bovinos, causa impactos consideráveis no Amapá, que deixaria de informar para a pesquisa, e na maioria dos estados do Nordeste. Nas demais UFs, a redução no volume abatido seria inferior a 10%, sendo em média 4,55%.

Retirando-se apenas os 430 estabelecimentos de prefeituras municipais, reduz-se o impacto no volume abatido a cerca de 45% da retirada de todos os estabelecimentos sob inspeção municipal. O Amapá participaria da pesquisa, porém com dados desidentificados, e todas as UFs participariam da pesquisa. Porém, quase todas as UFs do Nordeste teriam uma redução no abate de bovinos superior a 10%.

O abate de suínos e frangos sob inspeção municipal é relevante para as UFs da região Nordeste, e a sua retirada significaria que algumas UFs deixariam de reportar o

abate de pelo menos uma espécie. Ou seja, pela ótica de participação regional, deve-se manter a inspeção municipal.

A retirada das prefeituras significaria uma redução pela metade do cadastro do abate sob inspeção municipal de bovinos e suínos, mas com a perda de informações da Paraíba (suínos). O cadastro de frangos seria pouco afetado, mas Pernambuco (uma prefeitura) deixaria de participar.

A redução do âmbito da pesquisa retirando-se as prefeituras municipais traz vantagens, desvantagens e riscos a serem avaliadas pela instituição, conforme resumidos no quadro abaixo:

<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>	<b>Riscos</b>
⇒ Facilitar a integração com o Cadastro de Empresas do IBGE (CEMPRE); somente empresas participariam do cadastro	⇒ Quebra da série histórica da pesquisa, prejudicando a comparabilidade.	⇒ Aumento do abate sob inspeção municipal devido à lei de equivalência e incentivo a empresas familiares
⇒ Redução de menos de 4% do abate total nacional de bovinos	⇒ Forte impacto na região Nordeste, com redução de até 72% no abate total estadual de bovinos	⇒ Perda parcial de informação de abate total, somando-se ao abate clandestino (bovinos)
⇒ Redução do número de informantes	⇒ A divulgação por nível de inspeção passará a desidentificar mais UFs, ou não será mais realizada	⇒ Questionamento por parte de usuários
⇒ Redução de entrevista presencial	⇒ Ausência de outras fontes	⇒ Aumento da incerteza sobre a real taxa de abate bovino
⇒ Melhoria da qualidade dos dados do abate sob inspeção municipal	⇒ Algumas UFs deixariam de informar abate de suínos e/ou de frangos	

Estas vantagens, desvantagens e riscos devem ser considerados na decisão de redução de âmbito. Em termos operacionais, a redução é desejável; em termos de informação, as vantagens talvez não compensem as desvantagens e riscos.